



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2203

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 265/13/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 2233, de 30/04/2013, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: AV. RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) – SEGMENTO ENTRE AS RODOVIAS ANHANGUERA E BANDEIRANTES

LOGRADOURO: RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083)

MUNICÍPIOS: VALINHOS E CAMPINAS

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: IMPLANTAÇÃO DA FASE 01 DAS OBRAS DE PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA – SP-083, COM EXTENSÃO DE 700 M, ENTRE O KM 12+220 E O KM 12+920.

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 17 / 06 / 13

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 1/3

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2203

Para a continuidade do licenciamento ambiental, o empreendedor deverá solicitar a Licença de Operação – LO e atender às seguintes exigências:

Durante a implantação do empreendimento

1. *Comprovar, no prazo máximo de 60 dias da emissão da LI, a implementação do Programa de Comunicação Social e o estabelecimento de canal de comunicação direta entre a Concessionária e a população residente nas chácaras localizadas na altura do km 12+920 do empreendimento.*
2. *Apresentar, no prazo máximo de 60 dias da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, especialmente junto dos corpos d'água e/ou talvegues. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, conforme previsto no Programa de Controle Ambiental de Obras – PCA. Deverão constar também os registros fotográficos dos corpos d'água antes do início das obras e durante as intervenções previstas, com especial atenção ao Rio Capivari.*
3. *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, os resultados obtidos, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos datados.*
4. *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas, comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.*
5. *Incluir nos relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, e respectivos Subprogramas, medidas mitigadoras adicionais, de acordo com as diretrizes indicadas no item 3.4 do Parecer Técnico 265/13/IE.*
6. *Apresentar, no âmbito dos relatórios de acompanhamento do PCA, a identificação das áreas utilizadas como DME provisórios.*
7. *Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.*
8. *Incluir nos relatórios semestrais de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento de Água, os resultados da 1ª. campanha no curso d'água "drenagem 1" (coordenadas X: 290.095 e Y: 7.457.340), a ser realizada antes da instalação do canteiro de obras.*
9. *Apresentar, no âmbito dos relatórios de acompanhamento do PCA, a identificação e as licenças ambientais de todos os fornecedores de materiais e produtos necessários à obra.*
10. *Apresentar, no prazo máximo de 60 dias da emissão de LI, relatório com a comprovação de remoção e destinação adequada dos materiais depositados na área de inserção do empreendimento e áreas de apoio.*
11. *Apresentar, no prazo máximo de 60 dias da emissão de LI, comprovação da implementação das ações do Subprograma de Gerenciamento de Tráfego das Obras e do Sistema Viário Local, como: comunicação*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 2/3

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2203

com as autoridades locais e com população do entorno antes de qualquer interferência no trânsito local e; implantação de esquema de sinalização temporário.

12. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informando sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.

13. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, contendo relatório atualizado demonstrando o andamento das ações de desapropriação por propriedade, informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação e relocação (informando o grau de adaptação à nova situação e nível de satisfação), avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas (principais problemas a serem solucionados), as respectivas medidas corretivas adotadas, equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos.

14. Apresentar, antes das intervenções nas áreas a serem desapropriadas para a implantação do Lote 1, as imissões na posse e/ou os acordos amigáveis firmados com os proprietários.

15. Comprovar nos relatórios semestrais do PCA, a comunicação às concessionárias CCR Autoban e a CPFL Energia sobre a realização das obras e o traçado do empreendimento.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

16. Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.

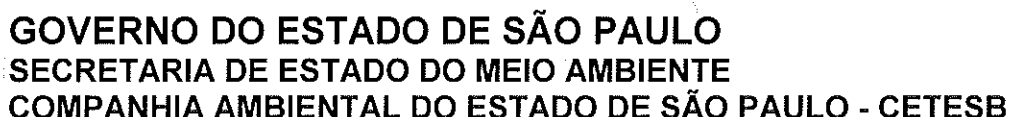
17. Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e dos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.

18. Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; registros de acidentes com produtos perigosos, de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de comunicação social e do gerenciamento de resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras.

19. Apresentar situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 64.088/2013 firmado com a CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georeferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e avaliação; e o cronograma de atividades.

20. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo pagamento, se houver, é condicionante para a emissão da Licença de Operação.

21. Apresentar relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas, o balanço dos empregos diretos e indiretos gerados, avaliação da implementação do Programa e a equipe técnica responsável.



Folha 3/3

PROCESSO CETESB

N° 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2203

23. Incluir, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento das medidas operacionais de conscientização, prevenção e planos de emergência para combate a incêndios nos remanescentes florestais.

24. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento de Fauna, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, incluindo as campanhas de monitoramento dos eventuais atropelamentos de animais; formas de registros das ocorrências, periodicidade das amostragens; equipe técnica responsável, etc.

25. Apresentar, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, medidas e ações visando a conscientização quanto ao risco do abandono de animais domésticos nas áreas lindeiras, por meio de campanhas periódicas e palestras, que alertem a população do entorno tanto sobre os aspectos de proteção aos animais como de prevenção de acidentes nas estradas.

Durante a operação do empreendimento

26. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando o monitoramento das seguintes variáveis: situação das estruturas de drenagem superficial; a suficiência hidráulica dos bueiros; situação dos dispositivos de retenção/contenção de líquidos, consolidação do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; histórico de acidentes de produtos perigosos; histórico de faixas de incêndio gerados na faixa de domínio.

27. Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais do Subprograma de Monitoramento da Fauna do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, os dados e resultados obtidos nas campanhas previstas (monitoramento das passagens de fauna, da ocorrência de atropelamento e da presença de animais na rodovia), contemplando: listagem com as ocorrências, localização e identificação das espécies (silvestres e domésticas); destinação dos animais atropelados; registros fotográficos datados; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado; e, caso pertinente, indicação dos pontos críticos e de propostas adicionais de mitigação.

[illegible]